

## Ata conjunta é acordo possível

O Fórum das Seis e o Cruesp reunidos na quinta-feira, 6 de julho, não chegaram a um entendimento sobre todos os itens da quarta versão proposta para o acordo conjunto (disponível no site da Adusp). Decidiram, então, fazer uma ata registrando os pontos de concordância e de divergência entre as partes. Uma proposta de redação elaborada pelo Cruesp deverá ser enviada ao Fórum das Seis nos próximos dias. A base da ata é o fato de que Cruesp e Fórum concordam com a redação dos itens 1 a 4 (referentes às questões econômicas), 7 e 11, não existindo concordância sobre os demais itens que constam da quarta versão.

Além disso foram discutidos outros pontos:

a) Há dificuldades com a reposição de aulas na FEA, que insiste em utilizar o calendário original da USP. A reitoria ficou de encaminhar alguma solução;



Daniel Garcia

Reunião em que foi fechada proposta análoga à feita pelo Fórum em 21 de junho

b) No comunicado 6 do Cruesp (divulgado através dos diretores de unidade), o item 7 sobre o pagamento dos dias descontados na USP teve a sua redação modificada (veja matéria na página 4). A reitoria admitiu que pode ter havido equívocos na interpretação do texto acordado sobre o assunto;

c) A Comissão de Acompanhamento do ICMS deverá se reunir no quinto dia útil de cada mês, a partir de 7 de agosto de 2000. Haverá rodízio do local de reunião entre as universidades. Os 7 membros e respectivos suplentes de cada uma das partes deverão ser indicados até o dia 31 de julho. Será estudada, pelo

Cruesp, a possibilidade de haver uma reunião preliminar da Comissão ainda este mês;

d) Sobre a LDO, o Cruesp vai elaborar estudos que servirão de base para a negociação com o governo do estado em relação à complementação de verbas em função da folha de inativos, gastos com HU's e precatórios.

### Reunião do Conselho de Representantes

Quinta-feira, 13/7  
às 12 horas, na Adusp

Pauta:

- Informes da Campanha Salarial
- Plano de Ação para o 2º semestre
- Outros

*A reunião é aberta aos colegas interessados*

### Continua o impasse Geologia x Cert

Permanece sem solução a situação dos quatro docentes do Instituto de Geociências ameaçados pela CERT, no final de 1999, de terem seu regime de trabalho alterado de RDIDP para RTC ou mesmo RTP.

Em 30 de junho, a diretoria da Adusp enviou ofício à reitoria solicitando uma audiência com o reitor para tratar do assunto. A chefe de gabinete respondeu informando que o reitor e o diretor do IG teriam encontro em 3 de julho. A diretoria da Adusp então enviou novo ofício reafirmando que aguardava o agendamento de reunião com o reitor.

# Mantido o percentual de repasse na LDO

Foi votada na madrugada do dia 30 de junho, na Assembléia Legislativa, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano 2001. O voto foi dado pelas lideranças com o registro das bancadas contrárias. A proposta que foi a plenário tinha sido acertada numa reunião de comissões na noite anterior. As propostas de aumento de percentual para as universidades estaduais não estavam no acordo e apenas uma delas (11%) foi votada em separado, sendo rejeitada. O percentual destinado às universidades em 2001, portanto, será de 9,57% como nos anos anteriores.

Uma emenda de aumento de dotação para aposentadorias, precatórios e serviços médicos fez parte do acordo nas comissões. Havia duas possíveis formulações e foi a mais fraca, indicando que as universidades "poderão receber...", que foi aprovada. O montante dependerá de

estudos técnicos e do orçamento.

Além de professores, funcionários e estudantes das universidades, estavam no plenário bancários do Banespa que reivindicavam a discussão da PEC 4, projeto de emenda constitucional que prevê o retorno do Banespa para o Estado de São Paulo, apoiada por mais de 350 câmaras municipais.



Movimentação no plenário durante votação da LDO

## Privatização do Banespa continua a ser contestada

Continua forte o movimento contra a privatização do Banespa. O abaixo-assinado que requer a realização de um plebiscito sobre a privatização do Banespa, e será entregue ao Tribunal Regional Eleitoral, já conquistou mais de 305 mil assinaturas. A PEC nº 4, que torna a estadualizar o banco, permanece na ordem do dia da Assembléia Legislativa.

"Com o argumento de que sem votar a LDO atrasaria o recesso parlamentar, o presidente da Assembléia, Vanderlei Macris, sob orientação

clara do governo do Estado, tentou jogar a PEC para escanteio, sem definir sequer uma data futura para discussão", afirma o informativo eletrônico da Associação dos Funcionários do Banespa (Afubesp), referindo-se à sessão do dia 29 de junho.

No entanto, o protesto dos funcionários do Banespa no plenário e a atuação das bancadas dos partidos que apóiam a discussão da PEC "criaram um impasse que durou até a madrugada". Os deputados governistas, então, assumiram o compromisso de incluir a PEC na pauta de

agosto da Assembléia.

Os funcionários do Banespa "dividiram o plenário com estudantes, funcionários e professores universitários que foram acompanhar a votação da LDO e exigir a aprovação de verbas para as universidades. O que era para ser um chá de cadeira transformou-se numa manifestação animada e contagiante, com direito a muitas palavras de ordens coordenadas com movimentos de tai-chi-chuan e aeróbica. Criatividade não faltou. Vai ficar na história", registra a Afubesp.

## Professores universitários são impedidos de entrar no MEC

O presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Roberto Leher, e o Comando Nacional de Greve dos professores das Universidades Federais foram impedidos, no último dia 30, de entrar no Ministério da Educação para protocolar um documento contendo a pauta atualizada de reivindicações da categoria.

Além de fechar as portas do MEC (foto), a segurança do Ministério chamou a polícia para

impedir os docentes de ir até o protocolo, onde formalizariam a entrega do documento. Após protestos dos docentes, quanto ao direito de ir e vir, uma funcionária da Secretaria de Ensino Superior (SESU) autorizou cinco professores a irem até o protocolo, onde o documento foi, finalmente, entregue.

Na pauta atualizada, constam as seguintes reivindicações: reajuste salarial de 64%; incorporação das Gratificações de Estímulo à Docência (GED) para os

professores de 1º, 2º e 3º grau das Universidades Federais; proposta de carreira docente elaborada pelo Sindicato Nacional; abertura de concursos para preenchimento de vagas nas universidades federais e suplementação de verbas.

Os docentes pleiteiam, ainda, a abertura de negociações com o governo federal que, desde o início da greve, vem se recusando a atender às reivindicações do movimento.



Agência Aídes

# Reunião do CO avaliou a greve

O Conselho Universitário da USP voltou a reunir-se no último dia 27 de junho. A reunião, a primeira depois do encerramento da greve, demonstrou a importância do movimento para a reversão do processo de desmonte da USP. Durante o expediente, o reitor apresentou sua avaliação sobre a greve, e em seguida os demais puderam expressar-se sobre o assunto.

A greve foi objeto da avaliação de vários conselheiros, e o debate transcorreu sem incidentes. "As pessoas estavam muito mais calmas do que eu imaginava. Esperava uma reunião mais calorosa", afirma o professor Vahan Agopyan, representante da Congregação da Escola Politécnica, que apresentou ao CO um manifesto pessoal, em que destacou as razões da greve.

Sem citar nominalmente a CERT, o representante da Congregação da Poli criticou asperamente a existên-

cia de "poderes paralelos", os quais transgridem as "hierarquias estabelecidas estatutariamente". Ele mencionou ainda "a auto-avaliação autofágica que continuamos praticando".

Outros representantes criticaram a substituição do CO, no decorrer da greve, por "conselhos" restritos, formado por

diretores de unidades. No seu pronunciamento, a representante da Congregação da Faculdade de Educação, professora Lisete Arellano, usou a expressão "Conselho Universitário virtual" para denominar a prática de convidar as pessoas a assinar documentos, em vez de debater os temas em disputa. Também foram atacados os informes da

CCS e o documento "terrorista" do DRH, como contraponto às críticas feitas aos piquetes.

O professor Rômulo Machado leu moção da Congregação do Instituto de

Geociências, da qual é representante, sobre a perseguição desfechada pela CERT contra quatro professores, apresentando um his-

tórico do caso. O vice-diretor do IG também se manifestou, informando que essa unidade decidiu formar uma comissão para elaborar documento sobre diretrizes de avaliação. O reitor pronunciou-se, elogiando a iniciativa.

Durante os trabalhos, imediatamente após as falas dos professores do IG, o diretor da Poli entrou em

contato com o professor Rômulo Machado, para saber do anunciado documento sobre avaliação. "O professor Antonio Massola informou-me de que o reitor o havia procurado para fazer parte de uma comissão sobre esse mesmo assunto, no âmbito da Universidade, e que pretendia fazer o mesmo no âmbito da Poli", explica Rômulo.

"Ficou evidente, em vista da seriedade do debate, que temos condição para começar a rediscutir aspectos mais conceituais da Universidade", considera Lisete. "Acabo de receber solicitação do professor Joaquim Engler, presidente da COP, enviada também aos demais membros do CO, pedindo nossa manifestação sobre as diretrizes orçamentárias para 2001. Isso é um bom produto do nosso movimento e também será um bom teste".

Na reunião, o CO ainda debateu e aprovou a criação de quatro cursos noturnos.

## Posse da nova diretoria da Andes SN

No dia 25 de junho, durante a abertura do 40º CONAD (Conselho Nacional das Associações de Docentes), realizado em Brasília, tomou posse a diretoria recém eleita da Andes-SN para o biênio 2000-2002. O evento contou com a presença de representantes do meio universitário, de partidos políticos e entidades sindicais, além de dezenas de delegados e observadores das associações docentes no Conad. A nova diretoria convidou para compor a mesa, além dos componentes formais, o cacique Aniceto Tzudvawere, representante das nações indígenas, e Gilberto Portes, do MST.

O novo presidente da Andes, Roberto Leher, profes-

sor da UFRJ, afirmou que a presença desses representantes sinalizava uma mudança profunda nos rumos da entidade, retomando suas características originais que sempre vincularam o movimento docente aos demais movimentos sociais organizados, particularmente aqueles relacionados à defesa da qualidade dos serviços públicos e à luta pela incorporação dos excluídos do país.

Ainda em nome da nova diretoria discursaram, historiando as lutas da Andes nesses seus primeiros vinte anos de vida, o seu primeiro presidente, professor Oswaldo Maciel, da UFSC, e a professora Miriam Limoeiro, da UFRJ.

## Eleições municipais e propostas de pesquisadores da USP

A Revista Adusp está preparando matéria sobre propostas de soluções para os problemas dos municípios que sediam os *campi* da USP, apontadas por pesquisadores ou grupos de pesquisadores.

A oportunidade do tema, como é evidente, prende-se à realização das eleições municipais em outubro próximo e ao conseqüente debate de políticas públicas adequadas à realidade de cada município.

Dados os limites da Revista Adusp, serão privilegiadas as seguintes áreas: 1) emprego e desenvolvimento econômico, 2) habitação e planejamento urbano, 3)

transporte, 4) saúde pública, 5) educação pública, 6) segurança (violência), 7) poluição atmosférica e das águas.

Convidamos os docentes da USP que tenham trabalhos nessas áreas e estejam dispostos a divulgá-los a entrar em contato com a Revista Adusp, com Denise Casatti, ou por e-mail ([imprensa@adusp.org.br](mailto:imprensa@adusp.org.br)), até o dia 20 de julho.

Os repórteres entrarão em contato com o pesquisador ou núcleo. O prazo é uma exigência do calendário apertado, dado o grau de complexidade da matéria e a necessidade de lançar a revista no início de setembro.

## CAMPANHA SALARIAL 2000

# A palavra, a interpretação e o dinheiro no banco

O Fórum das Seis e o Cruesp reuniram-se 4ª feira, 21 de junho, para discutir o texto do acordo conjunto. Como divulgamos, via e-mail, restam alguns pontos a serem acordados, mas com os itens econômicos não há problema (veja discussão detalhada no site da Adusp).

Um dos itens do acordo, o de número 7, refere-se ao ressarcimento dos descontos efetuados. Como se recordam, esses descontos atingiram docentes e funcionários e não tiveram uma ló-

gica aparente, caracterizando a arbitrariedade denunciada pela Adusp, inclusive em matéria paga na grande imprensa. É importante ressaltar que a maioria dos descontados foram funcionários com salários mais baixos, revestindo a medida de uma violência ainda maior.

A primeira redação desse item, proposta pelos reitores ainda na reunião de Campinas (19/6), condicionava o pagamento ao cronograma de dias a serem repostos. Numa segunda versão, ao invés de dias repostos, usou-se

o conceito de trabalho não realizado. Finalmente, na terceira versão (idêntica a atual que é a quarta) o pagamento seria feito com a celebração do acordo, assumindo, desde já, compromisso de compensação.

Como resultado da última reunião (21/6), entendemos que, apesar do acordo não ser assinado, as reitorias se comprometeriam a executar os itens econômicos imediatos, isto é, pagariam os 4,25% e a USP faria o reembolso dos dias descontados. Para nossa surpresa, um comunicado da

reitoria indicava que o pagamento ficaria condicionado ao plano de compensação, contrariando o entendimento do que havia sido dito. No dia 5/6, fomos informados que todos os descontados já haviam recebido. Permanece, contudo, a indagação sobre se o atraso de quase 15 dias contrariou ou não a palavra empenhada na mesa de negociação. No site da Adusp, está disponível um arquivo de áudio, com trecho da fita da reunião (10 minutos). Os colegas poderão acessá-lo e tirar suas conclusões.

## 40º Conad da Andes-SN

O 40º Conselho Nacional das Associações Docentes, realizado em Brasília de 22 a 24 de junho, abrangeu os seguintes temas: análise da conjuntura nacional, avaliação e atualização do plano de lutas e questões organizativas e financeiras. Como esse Conad aconteceu logo após o término da greve das universidades estaduais paulistas e coincidiu com a greve que atinge a maioria das universidades federais, foi uma ótima oportunidade para uma troca de informações sobre esses dois movimentos que marcam a luta em defesa da

universidade pública brasileira. As questões educacionais ocuparam boa parte do evento, focalizando a articulação da Andes com os fóruns relacionados com a elaboração dos Planos Estaduais e Municipais de Educação que tenham como referência os princípios, diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação, proposta da sociedade brasileira. Questões relativas à previdência, ao financiamento de ciência e tecnologia, à saúde, entre outras, também estiveram presentes nas discussões e deliberações desse Conad.

## Construindo o 4º Congresso da USP

No dia 04 de julho foi realizada a segunda reunião preparatória do 4º Congresso da USP, envolvendo representantes da Adusp, do DCE e do Sintusp. A primeira parte da reunião foi dedicada a uma retrospectiva histórica dos três Congressos anteriores (1980, 1984 e 1987). Foram destacadas as reivindicações aprovadas no 3º Congresso, particularmente aquelas relacionadas com a estrutura de poder na universidade e com a eleição direta de reitor e diretor de unidade, a conjuntura política vivida pelas três entidades na época e

a elaboração dos atuais estatutos da USP em 1988. Na segunda parte da reunião foram aprovadas iniciativas visando à construção do 4º Congresso: constituição de uma comissão organizadora de um jornal informativo conjunto das três categorias, elaboração de temas de debates, cronograma para a realização do congresso e estrutura da comissão mista de organização do congresso. Todas essas questões serão discutidas na próxima reunião preparatória do 4º Congresso que se realizará no dia 18 de julho, às 18 horas, na sede da Adusp.

## Esclarecimento

O professor Gerhard Malnic enviou à ADUSP considerações sobre a matéria "Cronologia de uma greve surpreendente" (Informativo 75). Malnic esclarece que não houve ruptura das negociações com o reitor e que Marcovitch não recebeu a comissão na noite de 9/6 porque precisava descansar. Malnic afirma também que o reitor "sempre tratou os membros da Comissão com a máxima deferência".

## PM reprime com violência ocupação de latifúndio

Na madrugada do dia 2 de julho, 150 famílias de trabalhadores sem-terra ocuparam a fazenda Santa Clara, um latifúndio improdutivo de São José dos Campos, com aproximadamente 600 hectares.

No final da tarde, a tropa de choque e outros destacamentos da PM, num total de 200 homens, iniciaram o que o MST chamou de "operação de guerra." Os policiais impediram todos de entrar ou

sair da fazenda, agrediram e prenderam arbitrariamente várias pessoas. Também obrigaram as mulheres a tirar toda a roupa, desde as menores de idade às senhoras com mais de 70 anos, na frente dos policiais e do fazendeiro, que as humilharam com insultos e piadas.

Foram presas 18 pessoas, entre elas um padre e um coordenador da Pastoral Terra, dois religiosos, um jornalista, estudantes e trabalha-

dores sem-terra. Sete foram libertados no dia 3 de junho.

Estão presos sete trabalhadores e três apoiadores do MST, em São José dos Campos, e duas trabalhadoras, em Caçapava. São acusados de "esbulho possessório", "formação de quadrilha", "porte de armas" (foices), "constrangimento ilegal". Segundo o MST, são 17 os sem-terra ou simpatizantes do movimento presos em São Paulo por questões políticas.